

Setembro 2023

RESUMO

A análise ao sector de Água e Saneamento peca pelo facto de uma parte das acções deste sector estarem incluídas no sector de Obras Públicas, que realiza outras actividades que não estão ligadas a presente análise. Ainda assim, os dados encontrados evidenciam desvios sistemáticos da programação orçamental vs a execução. Em 2022, o desvio foi mais acentuado, tendo atingido cerca de 72% acima do esperado, mostrando a fraca capacidade deste sector de prever os recursos.

A nível do sector de saúde importa realçar que houve um grande salto em termos de recursos alocados, para pelo menos 13,9%. Contudo, o nível de execução foi de apenas 78,8%, o que acabou se traduzindo em pouco mais de 11% do orçamento executado. Este aumento, maioritariamente financiado pela componente externa, apresenta níveis de execução baixos devido aos constantes atrasos de desembolsos que acabam comprometendo a qualidade dos investimentos no sector.

Como é recorrente, apesar de ser o mais necessitado em infra-estruturas, o nível provincial continua a ser penalizado na distribuição de recursos. Somente 9% das despesas do sector foram para o nível subnacional, não obstante a sua alocação não considerar as províncias com menores recursos a fontes de água seguras.

Em termos qualitativos, pouco se pode avaliar em relação aos indicadores do PQG através dos relatórios disponibilizados pelo Ministério de Economia e Finanças. Contudo, relatórios sectoriais mostram que há ainda um desafio muito grande para garantir o cumprimento dos programas de nutrição, sobretudo em crianças menores de 5 anos. Este e outros desafios vão continuar a prevalecer, sobretudo porque o padrão de recursos alocados ao sector não permite mudanças no *status quo*.

Não obstante o sector de Água e Saneamento ter beneficiado de recursos acrescidos durante a execução, os principais indicadores previstos no PESOE 2022 não foram alcançados, sendo incongruente para um sector que fez a sua planificação com menos recursos. Fica patente que a meta prevista não tem um critério claro, num cenário em que as estatísticas nacionais dão elementos de base.

Neste sentido, recomenda-se ao Governo, de forma geral, e ao Ministério da Economia e Finanças, em Particular:

- i. *No contexto de mobilização de recursos domésticos, recomenda-se a melhoria dos modelos de programação da Receita, bem como para uma expansão da base tributária por via de análises que podem suportar uma redução das alíquotas versus o estímulo de contribuição do agente económico.*
- ii. *Há necessidade de melhorar a eficácia do papel social do Estado reduzindo a alíquota fiscal dos impostos mais regressivos (com destaque para o IVA) de modo a permitir que o rendimento líquido disponível da população seja compatível com as necessidades de sobrevivência e aquisição de material sanitário;*
- iii. *É necessário deixar de politizar o processo de orçamentação para minimizar os desvios na execução da despesa pública, que surgem devido a projecções de cifras orçamentais não realísticas, o que não permite uma planificação orçamental consistente;*
- iv. *Deve-se apostar na adopção de políticas de protecção da economia aos diferentes choques externos e climáticos;*
- v. *Melhorar os modelos de programação da Receita, bem como uma expansão da base tributaria, considerando o nível de fiscalidade;*
- vi. *Reverter a tendência de redução na absorção de recursos na componente de investimento para evitar a limitação na expansão da provisão de infra-estruturas básicas, pelo Estado, com efeitos sobre o emprego e o bem-estar social;*
- vii. *Viabilizar maior alocação de recursos para as províncias onde há maior necessidade de infra-estruturas de água e saneamento, alicerçando-se das estatísticas nacionais como mecanismo para avaliar as mais necessitadas e assim alterar a realidade destas províncias.*

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva do projecto não podendo, em caso algum, considerar-se que reflecta a posição da União Europeia

O anúncio é de responsabilidade do CIP

FORUM DE MONITORIA DO ORCAMENTO

Membros do FMO

